

Políticas sociais para enfrentar 2011

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

A política é a arte de gerir o “e”. A boa política transforma o “isto ou aquilo” num “isto e aquilo”.

Cito a propósito uma reflexão do sociólogo Ulrich Beck, para reforçar a ideia de que, no contexto da actual crise, as boas opções políticas exigem que se cresça em contexto de dificuldade, que se promova o desenvolvimento sem esquecer os mais fragilizados, que se resolvam em paralelo os desafios económicos e os problemas sociais.

Nessa linha de acção, a estratégia que se impõe, particularmente no que diz respeito às políticas sociais é, cada vez mais, a de mediar, convergir, cooperar e criar acordos, com vista à defesa de causas colectivas.

O que implica dizer que, a maior resistência à boa política está no individualismo, nas pequenas decisões, nas leituras parcelares, que apenas vêem parte das dificuldades ou visam defender classes ou corporações, em detrimento dos interesses colectivos e do bem comum.

Ligar as políticas económicas às sociais é um desafio difícil e alguns até poderão julgar incompatível, mas que este plano confirma ser possível.

Piedade Lalanda

Deputada do GPPS – Sessão plenária sobre o Plano e Orçamento para 2011

- É possível garantir o investimento público e apoiar as empresas privadas em dificuldade;
- É possível promover o crescimento económico e incentivar o empreendedorismo de cidadãos particularmente os mais desfavorecidos e os mais jovens;
- É possível combater o desemprego e qualificar os recursos humanos;
- É possível reduzir a incidência da pobreza e apoiar as famílias;
- É possível incrementar a produtividade e promover a igualdade de oportunidades.

Em suma, é possível manter o processo de crescimento económico e a coesão social da Região Autónoma dos Açores e, ao mesmo tempo, reconhecer as diferenças, nomeadamente entre ilhas e grupos sociais, minimizando os efeitos das medidas restritivas que irão afectar a região nos próximos tempos. É possível e é um imperativo, actual, considerar a dimensão social do desenvolvimento, se queremos garantir uma melhoria da actividade económica da Região.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Piedade Lalanda

Deputada do GPPS – Sessão plenária sobre o Plano e Orçamento para 2011

O Plano e o Orçamento para 2011 concretizam os meios que o governo do partido socialista necessita para atingir as finalidades a que se propôs no seu programa eleitoral. É importante recordar, que a coesão social é uma das linhas orientadoras desse programa, quando aposta no combate à desertificação, no reforço de uma política social integrada e elege como estratégia de desenvolvimento, o incremento da formação, da qualificação, do emprego e a melhoria das condições habitacionais dos cidadãos.

Mas este não é apenas um plano que concretiza o programa eleitoral, sujeito a sufrágio em 2008. É um plano estratégico que tem em conta a conjuntura actual. Antevendo dificuldades, cria mecanismos de protecção para fazer face às alterações que se prevêem para 2011.

Ao PSD faltou visão. Como diz o povo, o PSD “choveu no molhado” quando anunciou que iria reivindicar, sem no entanto quantificar, o “reforço do apoio às famílias”, através do aumento do complemento regional de pensão e do abono de família, medidas implementadas pelos Governos do Partido Socialista, cujo reforço já tinha sido anunciado e que está previsto neste plano para 2011, reforçado inclusive com a suspensão, por parte do Governo, da nova tabela de comparticipações nas creches, ATL e Jardins-de-infância.

Mais uma vez, faltou visão e capacidade de inovação ao PSD, quando reivindicou o reforço dos apoios à aquisição de medicamentos. Foram os governos do Partido Socialista que

criaram esses mecanismos de apoio e que aprovaram o seu reforço ao longo dos últimos anos. No plano para 2011 regista-se um aumento significativo de 53,1%, em relação a 2010, na verba disponibilizada para o apoio à compra de medicamentos, por idosos e pensionistas.

O PSD dramatiza recorrendo, sistematicamente, aos números do desemprego e dos beneficiários do RSI, mas não sabe propor medidas inovadoras de apoio a essas famílias mais desprotegidas que, em contexto de crise, provavelmente, irão atravessar maiores dificuldades.

Ao invés, consciente do que podem representar as medidas restritivas do orçamento de estado recentemente aprovado, o Governo introduz uma nova medida, criando um Fundo de Compensação Social, medida excepcional orçada em 7 milhões de euros, e reforça as verbas previstas para o apoio ao arrendamento (+18%), a recuperação do parque habitacional em colaboração com as autarquias (+31%), acrescido de uma nova verba para a requalificação habitacional e outra destinada à resolução de situações de grave carência habitacional num montante que ascende a 593.000 euros.

A política é a concretização de finalidades, a arte de fazer opções que se reflectem nos planos de investimento, onde se evidenciam orientações e objectivos, e se concretiza o modelo de desenvolvimento que se pretende implementar numa determinada comunidade.

Os políticos afirmam-se pela acção, por isso, não basta aos partidos na oposição clamar por mais medidas. É importante que tenham capacidade de prever a sua concretização ou, quando são chamados a governar, de demonstrar que são ou foram capazes de as executar. No caso da Região, os açorianos não podem deixar de olhar para a autarquia de Ponta Delgada, como um “laboratório político” onde, supostamente, a actual líder do PSD concretiza ou se aproxima do modelo de governação que diz defender. Infelizmente, em matéria de políticas sociais, é um muito mau exemplo. Um mau exemplo, porque a intervenção social não é uma prioridade de acção do executivo; e os poucos exemplos que se conhecem, não são inovadores e pouco contribuem para combater as desigualdades sociais.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

As medidas de política social, propostas no Plano para 2011, pretendem travar os efeitos mais gravosos da crise que o país atravessa e visam evitar que a contenção de despesas do Estado afecte as famílias com menores recursos. Mas isso não desresponsabiliza a sociedade, as organizações e cada cidadão, do papel fundamental que deve ter na manutenção desse equilíbrio financeiro, social e até psicológico. A todos se

Piedade Lalanda

Deputada do GPPS – Sessão plenária sobre o Plano e Orçamento para 2011

pede contenção, coragem e criatividade, para transformar as dificuldades em oportunidades.

Se o Estado tem de estar preparado para ajudar as famílias e as empresas, é evidente que estas também têm de repensar o modo como se estruturam, como gerem os seus recursos e enfrentam os desafios.

A solidariedade não é apenas um dever do Estado, mas representa uma relação de interdependência entre activos e inactivos, entre doentes e saudáveis, entre os que têm mais e os que têm menos.

As vozes críticas da oposição duvidam da eficácia das políticas de protecção social, ao ponto de questionarem em requerimento sobre a nacionalidade dos beneficiários do RSI, a existência de um número significativo de cidadãos a necessitar de protecção social, acusando o Governo de esquecer e condenar os mais idosos a uma vida de miséria.

Mas são estes mesmos partidos, CDS-PP e PSD, que votaram contra a introdução do Rendimento Mínimo Garantido em 1998, que nunca se manifestaram favoráveis à criação do Complemento Solidário de Idosos chegando ao ponto de em 2006 a líder à época do PSD anunciar que, se fosse governo “rasgaria as políticas sociais” implementadas pelo PS. Um PSD que nunca foi proactivo em medidas de apoio à compra de medicamentos e que, recentemente, num proposta extemporânea de Revisão Constitucional, pôs em causa a própria existência de um “Estado social”.

Piedade Lalanda

Deputada do GPPS – Sessão plenária sobre o Plano e Orçamento para 2011

Ignoram deliberadamente o impacto que estas medidas de protecção social têm tido na redução dos indicadores sobre a pobreza.

Com este tipo de discurso populista, que tanto exalta as dificuldades vividas, como dificulta a implementação de medidas de justiça social, o PSD e o CDS.PP branqueiam a responsabilidade do mercado na produção de excluídos, esquecem as empresas que não asseguram os direitos sociais dos seus trabalhadores e contribuem para a precariedade no emprego, fazem de conta que desconhecem a discriminação das mulheres e recorrem ao valor da família. Cito o Programa eleitoral do PSD, 2008, na pág. 55 onde, a propósito da família, se defende o “valor económico do trabalho doméstico”.

O Partido Socialista poderá não ser o único defensor da importância das políticas sociais, mas, seguramente, deve-se aos governos do PS a implementação dessas políticas, a defesa intransigente de um estado social e a concretização, na prática, de um ideal de sociedade mais justa e coesa.

Horta, sala das sessões, Novembro 2010